



Número:62

Horta, Sexta-Feira, 30 de Setembro de 1983

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

III Sessão Legislativa

Presidente: Deputado Fernando Faria Ribeiro (na 2ª parte da Sessão,
Deputado Álvaro Monjardino)

Secretários: Deputados Fernando Dutra e Emílio Porto

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 11.00 horas.

1. Período de Antes da Ordem do Dia:

Pelo Sr. Presidente foi referida a correspondência e expediente, tendo sido lidos requerimentos apresentados por alguns Srs. Deputados, bem como uma resposta do Governo a anterior requerimento.

Ainda neste período, intervieram, sobre assuntos de interesse relevante para a Região, a diverso título, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS), o Sr. Secretário Regional das Finanças (Álvaro D'Amaso) e o Sr. Deputado Pacheco de Almeida (PSD).

2. Período da Ordem do Dia:

Neste período a Assembleia debateu e apreciou as seguintes questões:

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para a Proposta de Resolução que visa delegar na Comissão Permanente dos Assuntos Sociais a competência atribuída pela alínea j) do artigo 26º do Estatuto Político-Administrativo à Assembleia Regional dos Açores.**

Após a apresentação do pedido pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS), o mesmo foi rejeitado por maioria, com 22 votos do PSD contra, 5 do PS e 1 do CDS a favor.

Após a votação, o Sr. Deputado Melo Alves (PSD) produziu uma declaração de voto.

- **Recurso, interposto pelo Sr. Deputado Fernando António Monteiro da Câmara Pereira, nos termos do nº3 do artigo 4º do Regimento, da decisão do Presidente da Assembleia que declarara a perda de mandato do mesmo Sr. Deputado.**

Interveio nos debates o Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS).

O recurso foi rejeitado, por escrutínio secreto, com 22 votos contra e 6 votos a favor.

- **Proposta de Resolução, visando a revisão do Plano e a alteração do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1983.**

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, intervieram nos debates os Srs. Deputados Roberto Amaral (PS) e Carlos Teixeira (PSD).

A proposta foi aprovada por maioria com 22 votos a favor do PSD e 5 votos contra do PS.

Após a votação, o Sr. Deputado Roberto Amaral (PS) produziu uma declaração de voto.

Os trabalhos foram interrompidos às 13,05 horas tendo sido reabertos com carácter solene e na presença do Senhor Presidente da República às 19,30 horas.

Durante esta segunda parte produziram intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Álvaro Monjardino e o Senhor Presidente da República Portuguesa, António Ramalho Eanes.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas, com a declaração de que estava encerrado o período legislativo de Setembro.

Presidente: Srs. Deputados vamos dar início à chamada.

(Eram 11.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Silveira, Carlos Teixeira, Cinelândia Sousa, Carlos Bettencourt, Fernando Faria, Fernando Dutra, Renato Moura, Borges de Carvalho, Altino de Melo, Pacheco de Almeida, José Ribeiro, Mário Silveira, João de Brito, Jorge Cruz, Manuel Melo, Emanuel Carreiro, João Luis Borges Soares, Fátima Oliveira, Melo Alves, Vasco Garcia, Joaquim da Ponte; **PS** - Manuel Goulart, Carlos Mendonça, Emílio Porto, Dionísio Sousa, Roberto Amaral; **CDS** - Fernando Monteiro).

Presidente: Estão presentes 28 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** temos algum expediente que eu passo a referir:

- Da Câmara Municipal das Lajes do Pico, um ofício, dirigido ao Presidente da Assembleia Regional, em que a Câmara Municipal das Lajes do Pico, profundamente sensibilizada, permite-se expressar o seu melhor agradecer pela gentileza da Sua Ilustre presença nas festas comemorativas do centenário de Nossa Senhora de Lourdes - Festa dos Baleeiros, realizadas naquela Vila no dia 28 de Agosto passado.

Testemunha o mais sincero reconhecimento por, assim, se haver dignado aquiescer ao convite que a Municipalidade lhe endereçou.

Vem assinado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal: Manuel Urbano Dutra.

- O Corpo Nacional de Escutas da Região Autónoma dos Açores, a comemorar a passagem do 75º Aniversário do Movimento Escutista, apresenta à Assembleia Regional as suas melhores Saudações Escutistas e remete -nos três publicações relacionadas com o Movimento Escutista Internacional.

- Do Gabinete de Apoio e Reconstrução, um ofício a remeter várias publicações que eu passo a referir:

- Elementos estatísticos referentes ao II Trimestre de 1983;

- Elementos estatísticos referentes ao mês de Julho de 1983;

- Elementos estatísticos referentes ao mês de Agosto de 1983.

Estes elementos já foram, oportunamente, distribuídos pelos Srs. Deputados.

- Da Associação de Caçadores da Ilha de São Miguel, depois de um percurso que passou, inicialmente, pela Comissão de Organização e Legislação e que agora irá ser endereçada à Comissão competente que está a apreciar uma Proposta de Decreto legislativo Regional sobre o exercício do direito de caça - uma exposição desta mesma Associação de Caçadores da Ilha

de S. Miguel.

- Temos aqui três telegramas - dos Srs. Presidentes das Câmaras de Vila do Porto, Lajes das Flores e Ponta Delgada - lamentando a sua impossibilidade de comparência á recepção, que hoje terá lugar aqui na Assembleia Regional, ao Sr. Presidente da República.

- Ofício da Cônsul de Portugal em Providence, agradecendo o telegrama que lhe fora enviado pelo Presidente da Assembleia Regional quando aquela cessou funções.

- O Sr. José Liduino de Melo Borba manda-nos - e ficará aqui à disposição dos Srs. Deputados - fotocópia dum requerimento que enviou ao Sr. Director Regional da Indústria, em virtude da selagem efectuada à sua actividade industrial, por aquela Direcção Regional.

- Da Associação de Agricultores da Ilha Terceira, uma exposição da mesma, bem como o parecer das Juntas de Freguesia da ilha, acerca da caça ao coelho.

Tem a exposição e depois tem as assinaturas, suponho que, de todas, ou quase todas as Juntas de Freguesia da ilha.

Também esta exposição, tal como há pouco referi relativamente a este mesmo assunto, foi já transmitida ao Sr. Presidente e aos membros da Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos.

Respostas a requerimentos:

- Tenho aqui uma resposta a um requerimento do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt sobre: "Despesas com deslocações efectuadas pelos Membros do Governo", que vem da Presidência do governo:

(Foi lida)

- Do Sr. Deputado do Partido socialista Manuel Goulart, um requerimento que diz o seguinte:

(Foi lido)

Este requerimento será remetido ao departamento respectivo do governo Regional.

- A proposta de revisão do Plano para o corrente ano, bem como a proposta de alteração do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o mesmo ano.

- Também e relativo a isto, a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros emitiu o seu parecer.

Um e outro dos documentos já foram oportunamente, distribuídos pelos Srs. Deputados.

- Também em 22 do corrente mês, o Sr. Deputado Fernando António Monteiro da Câmara Pereira, interpôs, nos termos do nº3 do artigo 4º do Regimento, recurso da decisão do Presidente da Assembleia.

O recurso foi admitido, por tempestivo e regimental, foi fotocopiado e distribuído, também por todos os Srs. Deputados.

Esta decisão, sobre a interposição do recur-

so, constará da matéria da Ordem do dia de hoje.

Quanto a expediente é o que tínhamos.

Temos duas intervenções para o Período de antes da Ordem do Dia, a do Sr. Deputado Dionísio de Sousa e a do Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Portanto, como é Deputado da oposição, dou a palavra ao sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS):Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Os açorianos não são muito exigentes para com o poder e seus detentores".

Esta afirmação proferida aqui há alguns dias podia ser particularizada e complementada com a seguinte: E os terceirenses são dos menos exigentes de todos os açorianos.

Algumas pessoas poderão pôr reticências a esta afirmação. Pelo menos tal como está formulada. Mas se lhe dermos outra versão, traduzindo-a pelo seguinte: os terceirenses são dos açorianos mais receptíveis e sensíveis à problemática da unidade, do desenvolvimento harmónico e equilibrado dos Açores, julgo que a afirmação despertará menos objecções.

Podem-se apontar algumas razões históricas, antigas e recentes, para explicar este sentido de açorianidade dos terceirenses.

Talvez o facto de terem conseguido constituir na sua ilha uma sociedade caracterizada por um grande equilíbrio na sua estrutura interna. Sem contraste flagrante entre as grandes fortunas e as impressionantes e degradantes misérias. Sem a força dos grandes lações do capitalismo selvagem (ou asselvajado) nem a fraqueza da proletarização acelerada.

Talvez porque o próprio conceito e os precursores e primeiros promotores da açorianidade, na Terceira tiveram o seu berço. Bastará lembrar o Dr. Luis Ribeiro e as Semanas de Estudos.

Talvez pela sua própria posição geográfica no centro do arquipélago.

Talvez porque os ventos da história, dela fizeram nalguns períodos, o centro cultural, político, religioso e comercial do arquipélago. Mas os mesmos ventos, noutros períodos, lhe retiraram o lugar. O que terá contribuído para uma certa consciência crítica da precaridade destas primazias. Consciência de que, porventura, carecem os habitantes de outras ilhas, com experiências mais juvenis neste domínio.

Talvez porque a Ilha Terceira, no contexto açoriano, e por acaso e circunstâncias históricas várias, foi sempre uma encruzilhada para o contacto e encontro de açorianos de todas as ilhas.

Talvez por tudo isto e por mais algumas razões, os terceirenses sejam, entre os habitantes das ilhas maiores, os mais permeáveis e sensíveis às dificuldades, às limitações e às carências das ilhas menores.

Por esta razão, os terceirenses sentem como especialmente injustas e imerecidas todas as afirmações e posições que os acusem de divisionistas ou réus de crime de traição à unidade dos Açores.

E não podem aceitar, sem pesar e sem protesto, que o Sr. Presidente do Governo Regional, em discurso do Corvo para todos os Açores, os rasoire e os misture no ninho dos lacraus dos "abencerragens do fascismo" dos "agentes dos interesses centralistas", dos "eternos cobardes" ou dos "marginais".

E a única explicação que poderia ser alegada por quem pronunciou aquelas palavras, é que não pretendeu atingir os terceirenses. Alegação de prova difícil, uma vez que os terceirenses foram explicitamente associados a atitudes críticas que (transcrevo) "ao apreciar o comportamento do Governo relativamente a alguma ilha, conscientemente se ignore e até despreze toda a acção realizada para se empenhar num problema concreto de muito especial significado como é o caso da reconstrução da Ilha Terceira".

Esta referência pode ter para os terceirenses e não só, uma única leitura:

Eis os obstáculos à unidade - os terceirenses. Eis os inimigos de que os açorianos se têm de defender - os terceirenses.

Não, os terceirenses não ignoram, nem desprezam. Apenas dão o seu a seu dono. Apenas consideram que o sismo/80 e suas consequências são um problema regional e não uma questão que exclusivamente aos terceirenses respeite. E nem sempre assim tem sido tratado.

Apenas têm clara consciência de que, considerando a sua actuação individual ou colectiva e pesando-a com a do Governo Regional, se dispensam elogios para si próprios, também não vêem razão para serem forçados a uma permanente atitude, veneradora e obrigada, para quem apenas cumpriu o dever de governar. E, sobretudo, não vislumbram razões para não reclamarem aquilo a que se julgam com direito, para silenciarem aquilo que deve ser dito, para não exigirem aquilo que deve ser exigido.

Mas, se não ingorem nem desprezem, também não podem esquecer e ignorar, os terceirenses certos contratos. Não podem esquecer e ignorar que não se vendo claramente as razões próximas que terão motivado a tomada de posição sobre a unidade unanimista ou sobre o unanimismo da unidade (como preferirem) do Sr. Presidente do Governo Regional, o mesmo Governo e o mesmo Presidente, tenham deixado passar em silêncio cúmplice, o aparecimento, em letra de imprensa e sem disfarces, de certas teorias leoninas sobre números significativos relativos ao contributo das diferentes parcelas da Região para o erário regional. E que são teorizações, descabeadas e afrontosas, de um verdadeiro darwinismo político, do mais forte, do mais apto, do maior.

Aí sim. Aí perdeu o Sr. Presidente e o seu Governo o momento azado para fazer a pedagogia política da unidade açoriana que deve ser feita com respostas aos problemas e às ideias e não explorado como tema de sermões festivos, quando o santo do dia é realmente outro.

Leva-nos isto, a novo contraste que não escapou aos terceirenses. É que se o sermão do Corvo foi festivo, foi também de Frei Tomaz. O que se disse foi de unidade, mas o que se fez foi de divisão. Com que credibilidade se prega a unidade aos terceirenses quando a única resposta, a teorias de desunião vindas de certos quadrantes micalenses, é o silêncio? E, ainda mais, quando, por protelamento de soluções e acumulação de decisões contraditórias, se agravam as divisões dentro de uma ilha?

A tudo isto, os terceirenses podem retorquir, nos mesmos termos do Sr. Presidente: "Não é possível responder a acusações globais e menos ainda, a insinuações malévolas".

Mas os terceirenses, na realidade, não fazem nem acusações globais, nem insinuações malévolas. Têm sim, exigências concretas e precisas a fazer.

E a primeira fica já feita, no que atrás está dito. Os terceirenses recusam a técnica fácil do rótulo e da etiqueta como resposta às exigências que façam. Não aceitam "o come e cala" que já teve vida excessivamente longa e má memória suficientemente recordada para agora ser, de novo, fornecido na nova embalagem da unidade açoriana.

Mas passemos ao rol das exigências concretas e precisas dos terceirenses ao seu Governo Regional.

A população da Ilha Terceira tem sido impiedosamente atormentada por carências graves e cíclicas, que têm tornado especialmente tormentosa e penosa a sua vida no pós-sismo. Para além das sequelas inevitáveis do sismo que a população tem sido ainda flagelada pelas insuficiências da Terceira tem suportado estoicamente, e roturas constantes de abastecimento em bens e infraestruturas essenciais. São os problemas do abastecimento eléctrico que até agora, só tem conhecido uma solução. A edição sucessiva, agora agravada e ora atenuada, de novos programas de cortes de energia, quase sempre acompanhados da advertência de que estes agora é que serão os últimos. São os problemas de abastecimento de água. De um e outro, algo diremos, depois. São, ao lado de quilómetros e quilómetros de estradas por alargar, corrigir e asfaltar, as escassas dezenas ou centenas de metros que aguardam durante meses e anos uma máquina e meia dúzia de operários. São as estradas que passam de plano para plano com verbas ora acrescentadas ora diminuídas. São os entulhos e lixos que degradam paisagens e ruas, atormentam automobilistas e peões, des-

troem ribeiras e linhas de água e asfixiam cidades e freguesias.

Mas, a acrescentar a tudo isto, a falta de planificação. Ou pelo menos, a demonstração de que a apregoada colaboração entre o poder local e o regional, surge apenas quando, politicamente interessa amarrar a panela de barro à de ferro.

Sempre se receou que viessem a coincidir, no tempo, os trabalhos de duas obras de inegável interesse para a Terceira. A obra do Equipamento Social de correcção e alargamento da Estrada da Achada que pelo "mato" liga Praia e Angra. E a obra camarária de abastecimento de água à Ribeirinha-Cabo da Praia que pela chamada "estrada das freguesias" liga igualmente as duas cidades, e que irá rasgar valas e levantar asfaltos. Tudo leva a crer que as duas obras irão somar-se nos incómodos. Nessa altura o caos deixará de ser para os terceirenses uma simples figura de retórica.

Aqui fica o alerta, se é que ainda alguém possa controlar os inconvenientes desta coincidência.

E já que falamos de estradas, continuamos com elas. Angra, a cidade de Angra que este Governo tanto apaparica, a ponto de a projectar para o "património mundial" e se preparar para a inobrecer com um título de património regional, não pode viver apenas dos títulos. Vive, principalmente, da solução de alguns problemas. Por exemplo o da via de circulação interna à cidade.

A sua necessidade e mesmo exigência inadiável não surpreende ninguém que conheça Angra e os seus problemas de tráfego e de asfixia orográfica.

E não tem faltado os esforços dos terceirenses para convencer da sua necessidade o Governo Regional. Inclusivamente esforços da Câmara de Angra para negociar com o Governo Regional a aceitação da sua concretização em troca da responsabilidade em vias de comunicação interna à cidade que, actualmente são da responsabilidade do Equipamento Social, mas que, até hoje, nada fez por elas, a não ^{ser} usá-las como qualquer cidadão.

Tudo em vão. As vias circulares internas, ao que consta, irão nascer e crescer em 1984, para outra cidade que não Angra.

Sobre o abastecimento de água, na Terceira apenas direi que a crise deste verão, tornou conscientes muitos terceirenses de que está na hora de a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas assumir as suas responsabilidades no abastecimento de água à lavoura, abandonando a posição cómodo de deixar mais este problema às Câmaras.

Sobre o abastecimento de energia eléctrica, há terceirenses que fazem contas e chegam à conclusão de que, por todo o ano de 1984, a EDA continuará a ser na Terceira, o "chico escuro"

dos cortes de luz. Os megawatts da nova central pouco mais servirão do que para serem consumidos pelas obras do Porto da Praia.

Há, ainda dois problemas que não poderei deixar sem uma referência.

Um respeito aos sinistrados. Que terá levado o Governo Regional, através do GAR, a passar da largueza de vistas e da generosidade ao considerar durante cerca de dois anos quase todos os terceirenses como sinistrados à regidez e estreiteza recentes que começa a exigir, por norma, a intervenção dos tribunais para se ter acesso às linhas de crédito bonificadas?

Não estará ainda na hora de o Governo Regional dizer alguma coisa aos sinistrados sobre o aumento ou não dos juros bonificados? Esta questão atormenta milhares de famílias na Terceira. Por favor, diga-lhes alguma coisa, Sr. Governo Regional.

E agora a ultima questão. A Ilha Terceira receia tornar-se na "Santa Engracia" dos inquéritos do Governo Regional. Se a memória não me falha, são quatro os começados ou a começar, nem notícias de um único terminado. O inquérito sobre as despesas do Plano na Terceira está prometido e/ou iniciado há três anos. O inquérito sobre as deficiências dos serviços de manutenção na EDA que levaram aos cortes de Julho passado. E os dois inquéritos sobre as desgraças da Sé de Angra. Um sobre a queda, outro sobre o incêndio. Pergunta-se: Será necessário acrescentar um quinto inquérito à colecção? Um inquérito parlamentar aos inquéritos do Governo Regional na Ilha Terceira que, como outras coisa de dolorosa memória, se sabe como e quando começam, mas nunca se sabe como e quando acabam?.

Disse.

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças pede a palavra para?

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, para um protesto e um esclarecimento relativamente à intervenção que acabámos de ouvir.

Presidente: Tem a palavra.

Secretário Regional da Finanças (Álvaro Dâmaso): Muito obrigado Sr. Presidente.

Em primeiro lugar protesto; e protesto de forma veemente em nome do governo, contra a interpretação abusiva que aqui foi feita, e particularizada relativamente a uma das ilhas, de um discurso proferido pelo Presidente do Governo Regional na Ilha do Cprvo recentemente.

Recordo também que o Presidente do Governo Regional não se encontra neste momento na Sala, portanto encontra-se impossibilitado de responder, convenientemente, e quanto ao seu discurso.

Por outro lado, Sr. Deputado, também protesto porque as necessidades de desenvolvimento não são exclusivas da Terceira. São exclusivas de todos os Açores e o Plano, que, anualmente,

propomos a esta Assembleia e que é aqui discutido até à exaustão, refere-se a todos os Açores e promove o desenvolvimento harmónico de todos os Açores - como o Sr. Deputado bem sabe. De resto, já estamos habituados ao estilo do Sr. Deputado e, por isso dispensamo-nos de fazer comentários quanto a esse estilo. É suficientemente conhecido.

Por outro lado, Sr. Deputado, ainda pede que o Governo - e agora é o esclarecimento que faço - diga alguma coisa relativamente à actualização das taxas de juro, respeitantes ao financiamento das obras de reconstrução.

O Governo tem estado em negociações, quase permanentes, com o Governo Central e com as instituições de crédito no sentido de que as actualizações das taxas de juro, que já amontoarão a cerca de 10% - porque as taxas de juro passaram de 22,5% para 32,5%, desde que foram criadas as linhas - não se façam sentir sobre os sinistrados, mas estejam repartidas em proporções estabelecidas, na Portaria aprovada inicialmente, sobre aquelas entidades que já suportam os encargos com as bonificações de juro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para um contraprotesto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à acusação da interpretação abusiva, não reservo para mim o direito exclusivo dessa interpretação. Essa interpretação foi feita por muitos terceirenses, foi veiculada em muitos jornais, teve eco na imprensa regional e suponho que um político, ao pronunciar as suas afirmações, nomeadamente um governante, tem que contar com a leitura que se faça - à segunda, à terceira, à quarta, à nona, à décima leitura que se faça - em cada uma das ilhas.

A leitura que foi feita daquele discurso na Terceira e em S. Miguel foi aquela que referi no meu texto, portanto, se há engano, não é exclusivamente meu, é partilhado por grande parte da população açoriana.

Quanto à informação referida, sobre os juros, agradeço a informação. É uma informação, realmente - suponho eu - que não tinha chegado ainda aos sinistrados e o facto da minha intervenção ter provocado esse esclarecimento, só por si, a poderá justificar.

Quanto às necessidades, é evidente que - e toda a minha intervenção parte dessa base - os terceirenses querem as suas necessidades ponderadas no contexto açoriano, mas querem-nas ponderadas, não as querem eternamente adiadas.

Presidente: Bom ainda temos mais um Sr. Deputado inscrito.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida para uma intervenção.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr.

Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma intervenção que eu vou procurar que consiga ter o sentido da unidade e da responsabilidade política que eu tenho procurado defender que se traga a esta Câmara, e que tenho dificuldades em conciliar com a intervenção que acabei de ouvir, ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, apenas num aspecto e tão só num aspecto que é o de, em nome da unidade, elencar aqui um conjunto de reivindicações que, afinal, se circunscrevem, rigorosamente, àquilo que, sendo o seu círculo eleitoral, não confina, em si só, a dimensão da Região, das suas gentes e das suas necessidades.

Todos nós temos a noção clara de que fomos eleitos pela Região e é nessa qualidade que aqui procuro vir sempre como deputado. Não quero perder esse estatuto: o estatuto de Deputado pela Região, que penso que se sobrepõe, bem claramente, ao estatuto de Deputado por este ou por aquele círculo eleitoral.

E permitam-me que me detenha um pouco sobre o conceito de unidade regional, sobre o qual e em relação ao qual é necessário, uma vez ou outra, voltar a lembrar a necessidade desta unidade regional, ao abrigo da qual se fazem muitos discursos, invocando a unidade regional mas questionando essa mesma unidade regional, aqui ou ali, quando é conveniente para conseguir uma outra "benesse" do Governo da Região.

As benesses devem conseguir-se não dessa maneira, e não é esse o entendimento que eu tenho de desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional deve conseguir-se, sim, na unidade dos esforços, a nível da Região, na procura das soluções úteis e possíveis e possíveis - para esta Região.

Nós estamos confrontados, em muitos casos, com velhos demónios - se eu estiver a usar a expressão que já tenha sido utilizada por outra pessoa qualquer, tenho muito prazer em fazê-lo porque eu já tenho encontrado esses velhos demónios em muitos sítios, de Santa Maria ao Corvo.

Abencérragens que representam um pensamento político que é necessário irradicar desta Região, ainda existem.

Pessoas que não são capazes de entender o desenvolvimento regional, como dirigido para as nove ilhas da Região e como uma procura de igualdade possível de condições de vida na nossa Região, ainda existem e são, por vezes, cultivadas e citadas.

Em muitos caso, os jornais da nossa Região - e eu estou a citar os jornais da nossa Região - não são senão porta-voz de posições que nada têm que ver com as do Partido social Democrata e com o que queremos trazer de desenvolvimento

para esta Região.

Nós estamos contra - eu estou contra - todos aqueles que, utilizando a pena ou municiando a pena de alguns jornalistas, trazem, à luz do dia, tomadas de posição que são o contrário daquilo que defendemos nesta Câmara.

Por essa razão é que não costumo citar os jornais, pelo quais tenho aliás o maior respeito - tenho-o por toda a comunicação social - mas nem sempre nessa comunicação social se faz eco daquilo que mais interessa à Região.

Já não diria: nem sempre se faz eco da Social Democracia, porque, para essa, existem os partidos que têm a responsabilidade de implementar os programas sociais democratas que hão-de continuar a mover esta Região.

A minha cabe, portanto, no sentido da unidade que é preciso trazer, também a esta Câmara, em termos de reflectirmos os grandes problemas desta Região.

Não é possível continuarmos a pedir aqui, com o mesmo vigor, o fontanário e a resolução do problema básico da economia duma ou doutra comunidade.

Não é possível, embora se assista a isso, ver reivindicar, com o mesmo grau de justiça, cinquenta metros de caminho aqui e um aeroporto ou um porto onde eles são a razão de viver da economia duma ilha.

Não é possível falar, com o mesmo vigor, de caminhos de penetração em zonas que são de grande riqueza agro-pecuária e em zonas onde só temos "mistério" ou pedra para tratar.

É preciso saber dosear as nossas intervenções e dar às mesmas a realidade de que elas carecem.

Nós estamos, meus amigos, numa encruzilhada. A encruzilhada está aqui: ou somos capazes de, com toda a serenidade e sentido de responsabilidade, assumir o que está feito, com alguns erros de percurso, mas o muito que está feito na criação das condições de desenvolvimento que já foi possível implementar na Região; ou somos capazes de fazer isto e juntar, ao que está feito, um pensamento político sadio, isento da política baixa - dita, de baixa-política - da política que apenas se dirige à captação do voto, aqui ou acolá, e trabalhamos com um sentido de desenvolvimento real, ou condenaríamos estas ilhas e esta Assembleia a serem um depósito que trabalharia seis semanas por ano, para que as pessoas para aqui tragam algumas frustrações, também algumas necessidades, desta ou daquela terra, mas nunca a visão do desenvolvimento regional que é preciso perseguir, se é que o queremos agarrar a curto prazo.

Eu diria, portanto, que na encruzilhada em que nos situamos, há que saber distinguir entre aquilo que vai ser indispensável fazer e aquilo que é possível fazer.

Todos nós somos capazes de elencar uma listagem exaustiva do que está por fazer, todos nós teríamos tido possibilidades de fazer uma listagem, também exaustiva, do que está feito.

Eu não proponho que se faça a listagem do que se fez porque, em meu entendimento, o que está feito, está feito. Foi feito tardiamente. Chegou muito tarde, chegou tarde de mais em alguns casos.

Também, muitas vezes, nós nos esquecemos de fazer esta reflexão. Porque algumas coisas foram feitas tarde de mais, chegamos tarde para algumas etapas do desenvolvimento que era preciso percorrer rapidamente, e essa reflexão nós não a trazemos com muita honestidade aqui, esquecemo-la.

Portanto, eu não proponho que se faça a listagem do que está feito, mas proponho que, na nossa intenção de bem servir a Região, sejamos capazes de dizer aqui, com clareza, aquilo que é fundamental fazer em nome da Região, não em nome desta ilha ou daquela outra, porque, se assim fizermos, se o que fizermos for trazer aqui as necessidades ~~duma ilha, dum concelho, duma freguesia,~~ ^{nos vamos perder a dimensão da Região,} nós vamos perder a tal noção e sentido de unidade que não é uma palavra vã - é aquela que permitiu que estivéssemos agora aqui e tivéssemos realizado o que está realizado - e vamos dar lugar a que as abencerragens, de que já se falou aqui e de que falou o Sr. Deputado e muito bem, entravem, demorem e prejudiquem o nosso processo.

Há muita gente que, ao abrigo de dizer alguma coisa de pressuposto de útil em relação à sua terra, nada mais faz do que travar o desenvolvimento real da Região.

Seria muito fácil, a cada um de nós, trazer para aqui o rol das coisas que na sua terra ainda não se pôde fazer. Penso que seria um péssimo serviço, se todos os Deputados enveredassem por esse tipo de posição.

É um direito que assiste a cada um dos Deputados. Penso que num caso ou noutro é indispensável que se faça, eu próprio já fiz nesta Câmara e em relação ao Governo.

Penso que, pontualmente, é indispensável que esta atitude crítica seja por nós assumida. Julgo, no entanto, que o carácter mais geral das coisas nos impõe, no limiar da apreciação do Plano 84 e quando já começamos a pensar e a trabalhar no que há-de ser o Plano 85/88, que é necessário que nós sejamos capazes de pensar nos Açores do futuro e não nos Açores do presente, e muito menos os çores dos anos que já passaram.

Estes Açores do futuro que o Plano de 84 ajuda a consolidar, como limiar que vai ser do Plano 85/88, têm de ser, necessariamente, uma região onde nós não tenhamos que estar a

invocar todos os dias a unidade e, todos os dias, a fazer o exorcismo dos demónios que ainda vivem entre nós.

Era necessário que, de uma vez por todas, entendessemos que isto que está feito é para continuar; a Autonomia é uma experiência que não vai andar para trás, é evolutiva, vai crescer; nós vamos assumir uma maioria sempre crescente; vamos ser sempre mais responsáveis no desenvolvimento da nossa terra; não vão conseguir afastar-nos desse processo; não vamos deixar que nos tirem daí e o processo de condução da Autonomia da Região vai ^{nesta Câmara vai continuar a estar} continuar a estar nos partidos políticos que aqui estão - nos que não estão, se tiverem capacidade para isso - mas vai estar em nós e nos que continuarem.

E, em nome deste desenvolvimento regional, em nome da Autonomia que é preciso consolidar em progresso, em justiça social, em melhor qualidade de vida, é que eu deixo aqui o meu apelo: no sentido de que sejamos críticos mas no bom sentido do crítico, que, quando nos prepararmos para a apreciação do Plano 84 e o Orçamento que lhe há-de vir subjacente, e sobretudo quando acertarmos aqui os nossos pontos de vista em relação a 85/88, tenhamos a largueza de vista de ver para além da nossa freguesia, do nosso concelho, da nossa ilha.

Em meu entendimento e da bancada do Partido Social Democrata, os Açores só têm possibilidades de se continuarem a afimar como região que procura, por si própria, o seu desenvolvimento, se cada Deputado puder ser, nesta Câmara, mais do que Deputado da sua ilha, sobretudo Deputado da Região.

Presidente: Terminou o período de intervenções.

Há pouco, por lapso que é compreensível porque me foi entregue também há relativamente pouco tempo, antes de iniciarmos esta Sessão, não referi, nos documentos recebidos, um requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pedindo a urgência e dispensa de exame em Comissão para uma adjunta proposta de resolução que também me foi entregue.

Portanto, ao ler, fiz a referência, terminou o Período de Antes da Ordem do Dia, entramos no **Período da Ordem do Dia**.

O requerimento é do seguinte teor:

"Considerando que o tempo útil para a intervenção da Comissão dos Assuntos Sociais na interpretação e aplicação dos critérios de pontuação constantes do mapa anexo ao Decreto Regulamentar Regional 27/83/A, se deve situar dentro do período de reclamações nos artigos 7º e 8º daquele Decreto;

Considerando que a proposta de resolução apresentada pelo Partido socialista a esta Assembleia se limita a assumir uma proposta da Comissão

dos Assuntos Sociais, sequente a uma reunião expressamente convocada para examinar esta questão;

Considerando o exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer nos termos do nº1 do artigo 147º do Regimento a apreciação daquela proposta de resolução segundo o processo de urgência e com dispensa de exame em Comissão.

Requer ainda, nos termos do artigo 51º do Regimento a sua inclusão no período da Ordem do Dia para hoje".

Consultando o Regimento e o artigo invocado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, constato que o nº1 prevê que a deliberação por urgência só pode incidir sobre qualquer projecto ou proposta de decreto regional.

A Mesa terá que considerar isto como uma omissão do Regimento porque o que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe é uma Proposta de Resolução que não está aqui prevista neste nº1 mas, de qualquer forma, está o requerimento admitido e, de acordo com o que está estipulado no artigo 147º, está este pedido de urgência à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, para a proposta de resolução apresentada, pretende apenas recuperar algum atraso em relação àquilo que se previa no relatório da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais que analisou todo este problema.

Aí se previa esta possibilidade de delegação de poderes da Assembleia à própria Comissão, para explicitar ou definir melhor critérios e para fiscalizar a acção do Governo neste domínio.

Efectivamente parece-nos que - e daí o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão - por um lado, a dispensa de exame em Comissão é justificada uma vez que a Comissão já analisou esta problemática, e necessário acelerar, digamos, a intervenção, se assim for julgada útil pela Assembleia, da Comissão neste domínio. Por isso se refere aí a tentativa de aproveitar ainda uma parte, pelo menos, do prazo para reclamações que está a decorrer neste momento.

Daí a razão de, na tentativa de recuperar este atraso, se ter proposto a esta Assembleia o pedido de urgência e dispensa do exame em Comissão.

Presidente: Continuam os debates sobre este requerimento. Eu recorro que, para além de um dos requerentes, podem intervir um representante de cada partido, por período não superior a 15 minutos cada um.

Parecendo não haver mais intervenientes,

vou pôr o requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pedindo a urgência e dispensa de exame em Comissão, à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este requerimento fazem o favor de permanecerem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam fazem o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi rejeitado com 22 votos do PSD contra, 5 do PS e 1 do CDS a favor.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra o requerimento de apreciação segundo o processo de urgência e com dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução referente à delegação de competências da Assembleia Regional na respectiva Comissão dos Assuntos sociais, porquanto:

1. A delegação, na Comissão dos Assuntos Sociais, da competência da Assembleia prevista na alínea j) do artigo 26º do Estatuto da Região é um assunto de grande importância, gravidade e dificuldade, que não pode ser resolvido sem cuidada ponderação.

2. Acresce que é altamente duvidoso que seja juridicamente possível tal delegação perante o ordenamento estabelecido no Estatuto quanto à competência e funcionamento dos órgãos de Governo próprio da Região.

3. À face do Estatuto da Região não compete à Assembleia Regional definir por actos pontuais a correcta interpretação de regulamentos do Governo, conforme se pretende com a Resolução em causa, a qual seria, pois, ilegal porque anti-estatutária.

4. Pelo artigo 30º, alínea a) do Regimento desta Assembleia, compete à Comissão dos Assuntos Sociais **tomar conhecimento juntos dos departamentos competentes**, da actividade do Executivo **no campo da habitação**.

Está pois aquela Comissão munida dos meios necessários para fornecer ao Plenário da Assembleia o máximo de elementos que lhe permitam **apreciar aqueles actos** do Governo e da Administração Regional, em conformidade com o disposto na alínea j) do artigo 26º do Estatuto da Região.

Presidente: Passamos, de seguida, a outro ponto que era o 1º ponto da Ordem do Dia mas como este era um pedido de urgência teve de se apreciar em primeiro lugar.

O outro ponto referia-se à votação do recurso interposto, em 22 do corrente mês, pelo Sr. Fernando António Monteiro da Câmara Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Pergunto à Mesa e, através dela, à Assembleia se está consciente de que nesta Assembleia existem mais dois Deputados na mesma situação do Deputado Fernando Monteiro.

São os Deputados Emílio Porto e Dionísio de Sousa que se candidataram e assumiram funções, respectivamente, de Secretário da Mesa e Vice-Presidente da mesma, numa lista do PSD, ou seja, em partido diverso daquele em que foram apresentados ao sufrágio.

Dispensio, por agora, a resposta da Mesa e, nos termos regimentais, solicito a interrupção da Sessão por 30 minutos.

Presidente: Bom, como esta semana o seu Grupo Parlamentar não usou dessa faculdade regimental, a Sessão será interrompida por 30 minutos.

Portanto estaremos aqui às 12,25 horas impreterivelmente. Estão suspensos os trabalhos.

(Eram 11,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, após este intervalo, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 12,20 horas)

Estão a ser distribuídas listas para procedermos, por escrutínio secreto, à votação referente ao recurso interposto, em devido tempo, pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro. Agradecia que as preenchessem, depois, à medida que o Sr. Secretário da Mesa for chamando, fazem o favor, deslocam-se e entregam o voto.

O Sr. Secretário pode fazer o favor de proceder á chamada.

(Procedeu-se à chamada para votação, tendo entregue o seu voto 28 Deputados).

Presidente: Srs. Deputados, tomada a decisão, por escrutínio secreto, nos termos dos artigos 4º e 103º do nosso Regimento, o resultado foi de 22 votos indicando o não provimento ao recurso e 6 votos indicando provimento ao recurso.

Tornou-se, assim, definitiva a perda do mandato do Sr. Deputado Fernando Monteiro.

A Mesa da Assembleia Regional comunicará ao Partido do Centro Democrático Social, para que providencie a sua substituição.

Os nossos trabalhos serão suspensos por 5 minutos.

(Eram 12,30 horas)

Presidente: Vamos dar início à terceira e última parte desta primeira parte da Sessão de hoje.

(Eram 12,40 horas)

Temos para apreciação e votação a Proposta de revisão do Plano e alteração do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o corrente ano.

Temos também presente o parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros referente a este assunto.

Como está presente o subscritor - o Sr.

Secretário Regional das Finanças - desta proposta, pergunto-lhe se quer fazer a apresentação da mesma. Quer!

Portanto tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com a finalidade de se proceder, com conveniência e oportunidade, a ajustamentos de natureza financeira no âmbito do Orçamento e do Plano para o corrente ano, o Governo propôs à esta Assembleia um conjunto de transferências de verbas, de projecto para projecto e entre departamentos, sem alteração dos valores globais, de receita e de despesa, inicialmente previstos.

Fê-lo no uso de uma faculdade que a legislação regional aplicável lhe confere e segundo princípios de uma gestão financeira racional, adequada às dificuldades que, com maior ou menor intensidade, todo o mundo hoje atravessa.

De facto, a solenidade que reveste a aprovação anual do Orçamento e do Plano não pode significar que alguma vez a forma se sobrepõe ao conteúdo, isto é, que a vontade política fique cristalizada no momento inicial e que permaneça insensível às alterações ou adaptações decorrentes da evolução da conjuntura, nem poderia ser de outro modo.

A Região é totalmente alheia e nem sequer pode exercer alguma influência significativa na evolução de certas variáveis, com implicações orçamentais de vulto, que, a não serem consideradas, poderiam determinar a paralisia da administração ou a interrupção de projectos de investimentos já lançados, com manifesto prejuízo para o desenvolvimento da Região.

De resto, e é por todos sabido e até sentido que uma conjuntura económica como a actual exige frequentes correcções, de ordem financeira e monetária, derivadas não só do movimento inflacionário como também de atrasos no fornecimento de bens e serviços, na obtenção de meios financeiros.

Tratando-se, a economia regional, de uma economia aberta, padecemos dos nossos males e dos males de outros mercados com os quais nos relacionamos.

Atente-se - quero vincar - em que, enquanto a situação económica nacional for a presente, a necessidade de se proceder a correcções na previsão financeira inicial surgirá inevitavelmente.

Isto, naturalmente, para além daquelas modificações a que a realidade regional e o ritmo da execução dos projectos nos obriga.

As alterações que agora se intriduzem, no seu conjunto, representam menos de 10% do total do Plano e, no caso do Orçamento, respeitam exclusivamente á necessidade de fazer face a

encargos adicionais emergentes da tabela de vencimentos do funcionalismo público, aprovada este ano.

A revisão proposta, de índole extritamente financeira, com comporta a eliminação ou substituição de programas ou projectos e, embora dê origem a uma alteração percentual no total respeitante a cada sector, como nota a Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros no seu parecer, as modificações propostas não significam, de forma alguma, o abandono das grandes opções do Plano de Médio Prazo, permanecendo inteiramente válidos os objectivos fixados no documento inicial do Plano para o ano em curso.

Quer isto dizer que o Governo não tenciona abrandar o empenho colocado na modernização e desenvolvimento da estrutura produtiva da Região, no progresso do sistema dos transportes e comunicações - acaba de entrar em funcionamento a última estrutura aeroportuária de que a região carecia - na satisfação das necessidades básicas da população, no aproveitamento integral dos nossos recursos naturais e na melhoria da qualidade de vida.

De resto, importa notar que os sectores produtivos e das infraestruturas económicas continuam a representar mais de 60% do valor total do Plano, de onde se conclui que as alterações propostas não atingem, sequer de forma significativa, ou apreciável, as opções tomadas e que têm vindo a ser seguidas.

Nem se diga que as alterações, provocadas pelos aumentos dos vencimentos do funcionalismo pública, constituem compromissos de carácter financeiro que foram assumidos sem contrapartida nas dotações orçamentais ou que a revisão de preços, no âmbito das empreitadas, a que há que atender por força de lei, têm como significado que o governo não considera o Plano como um documento orientador.

Quem assim pensa, ou não apreende ou quer ingorar questões elementares da vida económica, perfeitamente ao alcance de qualquer "bonus pater familiae".

A educação destinam-se, da presente revisão, mais de 200 mil contos, para o sector da saúde, 240 mil contos; para a habitação, mais de 500 mil contos e 93 mil contos para as infraestruturas económicas.

Uma análise atenta da proposta apresentada revelará que os acréscimos dizem respeito a infraestruturas sociais - escolas e hospitais - e económicas, área em que a Região estava absolutamente carecida e razão do seu considerável atraso económico.

Para fazer face a estes encargos adicionais, recorreu-se às disponibilidades financeiras existentes em certos projectos cuja situação concreta nos permitiu concluir que as dotações

inicialmente previstas não iriam ser dispendidas até final do ano, a três meses que nos encontramos da fim do mesmo.

Nem sequer seria compreensível, quanto mais razoável, que, sabendo da existência de disponibilidades financeiras, se propusesse uma revisão do Orçamento e do Plano baseado no aumento do déficite ou no recurso a individamento.

Por outro lado, é conhecida a situação de crise económica generalizada e a desaceleração do investimento que ela comporta. Convém-nos, assim, assegurar, no quadro das formas da nossa capacidade financeira, a realização de projectos fundamentais para o desenvolvimento da Região, que há muito deviam estar concretizados e concertada com outros custos, mantendo a estabilidade das finanças regionais.

O facto de existirem disponibilidades suficientes para ocorrer a necessidades evidenciadas em determinados sectores, fica a dever-se a razões de ordem diversa, como seja a falta de resposta a certos incentivos e estímulos previstos no Plano, na medida em que no início do ano se pretendia, bem como à circunstância, quanto a outros projectos, de se ter enveredado por soluções diferentes que permitem realizar os mesmos objectivos com menores encargos orçamentais.

Importa também sublinhar, para uma maior explicitação da proposta em apreciação e ainda além da justificação apresentada, e de forma bastante detalhada, aos Srs. Deputados com a proposta de alteração, que a redução, operada em certos projectos, não significa que tais projectos foram objecto de cortes ou de inflexões mas, tão somente, que, a três meses do fim do ano e pelas razões apontadas, têm verbas disponíveis que, no quadro duma política financeira correcta, se aproveitam para satisfazer encargos a que temos de dar resposta.

Assim, temos a certeza de não se operarem desvios essenciais, de se cumprir o plano de desenvolvimento nas forças da capacidade financeira da Região, sem hipotecas a fontes de financiamento exteriores à Região, sem submissões a ditames vindos de entidades estranhas á nossa vontade política e á orientação que queremos para o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

Presidente: Feita a apresentação desta Proposta de revisão do Plano e alteração do Orçamento, segue-se o período de meia hora para os Srs. Deputados poderem, se o desejarem, interpellar o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Pretendeu, o Sr. Secretário Regional das Finanças, justificar as alterações, introduzidas

no Plano e Orçamento para o corrente ano, em situações decorrentes da conjuntura regional, nacional e, porventura, talvez até internacional.

No entanto, eu queria perguntar ao Sr. Secretário Regional das Finanças se acha que uma redução de quase 500 mil contos nos sectores produtivos da nossa economia se devem a razões de natureza conjuntural, e era só.

Presidente: Eu não sei se o Sr. Secretário Regional das Finanças prefere responder já ou em conjunto às eventuais outras questões que lhe sejam colocadas por outros Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Eu preferia responder no conjunto, se há mais perguntas a fazer.

Presidente: Eu presumo que não há mais perguntas.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Então, com muito gosto respondo à pergunta que me coloca o Sr. Deputado.

Se o Sr. Deputado ouviu com atenção a exposição que acabo de fazer, eu não justifiquei as reduções operadas com fundamento naquelas razões que apontou, mas sim as necessidades de financiamento com base nessas razões.

Foram estas as razões que eu apontei e foi esta a justificação que eu dei.

Respondendo concretamente à pergunta, digolhe, como referi na exposição, que essas reduções não significam cortes nos projectos, não significa abrandamento nesses projectos, significa, tão somente, que aquelas verbas que inicialmente lhe estavam destinadas não vão ser consumidas até ao final do período, ou porque aos incentivos e estímulos criados não correspondeu a procura esperada, ou porque outras soluções - e elas estão explicadas aí no documento que têm na vossa frente - foram encontradas para projectos inscritos no Plano, e com menores encargos orçamentais. Refiro-me concretamente neste caso

- entre outros, vale este - ao projecto geotérmico.

Presidente: Parecendo não haver mais nenhum Sr. Deputado que tenha questões a colocar ao sr. Secretário Regional das Finanças, eu declaro aberto o debate que, necessariamente, tem que ser na generalidade e na especialidade simultaneamente.

Está aberto o debate sobre esta proposta de revisão do Plano e do Orçamento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Revisão do Plano para 1983 solicitada pelo Governo a esta Assembleia resulta como

é óbvio e aqui foi referido do bom ritmo de execução material de alguns projectos e da maior evolução de preços que a então prevista para os mesmos.

A fim de se fazer face ao reforço financeiro necessário, o Governo optou por reduzir a dotação financeira de outros projectos cujo estádio de execução assim o permitia.

A opção feita é em meu entender aceitável.

Não aumentar o déficite do Orçamento Regional é uma boa medida e insere-se nas medidas globais da contenção da crise que o País atravessa e à qual a Região não é imune.

Mas se não podemos deixar de sofrer os efeitos da crise não podemos nem devemos deixar de analisar as suas causas e assumir a nossa responsabilidade, mas apenas a nossa.

Não podemos, nem devemos, assumir a responsabilidade e sofrer as consequências de más políticas dos governos centrais e de gestões ruinosas de empresas públicas, para as quais não fomos tidos nem achados.

Não podemos, nem devemos, deixar passar sem um enérgico repúdio que se apontem as Regiões Autónomas como elementos preponderantes das causas da crise Nacional à mistura com empresas públicas e serviços do Estado que apresentam milhões e milhões de contos de prejuízo.

Sendo certo, que os 16 milhões de contos que o orçamento Geral do Estado suporta de encargos das duas Regiões Autónomas - verba irrisória, quando comparada com as causadoras da verdadeira crise - são encargos que a Nação legalmente e conscientemente tem de assumir nos termos da Constituição e do Estatuto.

A crise existe, é real, há que enfrentá-la com coragem e determinação e de nada vale apontar a sua causa onde ela não existe e tal atitude apenas serve para desacreditar quem assim procede.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falava eu inicialmente em assumirmos a nossa cota parte de responsabilidade da crise.

A revisão do Plano Regional solicitada pelo Governo significa a redução de verbas de alguns projectos que vão ter certamente de ser atrasados por este facto.

O povo da Região vai sofrer os efeitos desta opção.

Será que as medidas de contenção da crise não estarão a ser demasiado pesadas para o povo que nos elegeu?

Por mim parece-me que sim!

Senão, vejamos:

Por um lado sofre as consequências de programas de desenvolvimento não implementados para não aumentar o déficite do Orçamento Regional, por outro, sofre as consequências das medidas tendentes a cobrir os déficites não previstos

do Orçamento Geral do Estado.

E nós aqui nesta Câmara, legítimos representantes deste povo o que fazemos?

Deixamos acomodaticamente passar esta situação? Não! Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, pelo menos da minha parte recuso-me a uma atitude passiva.

O povo da Região depositou em nós confiança para defendermos os seus legítimos interesses e, sob pena de traírmos esta confiança não podemos deixar de nos bater pelas soluções que sejam mais justas para ele.

As limitações legislativas dos Deputados Regionais especialmente em matéria fiscal e até nos campos que implicam aumentos de despesa ou diminuição de receitas do orçamento regional é real.

Mas podemos e devemos recomendar ao Governo Regional, como responsável pela execução da política económica na Região - reconhecendo embora as suas limitações de intervenção nesta matéria - que tome as medidas ao seu alcance para evitar sobrecargas fiscais injustas para o povo da Região.

Estas considerações vêm a respeito do agravamento da carga fiscal já aprovada na generalidade pela Assembleia da República e que do meu ponto de vista, sobretudo aquela que com efeitos retroactivos tem incidência sobre rendimentos de trabalho não deve ter aplicação na Região.

Não é 80 ou 90 mil contos que vai causar problemas ao Orçamento da Região.

Mas esta verba representa muito no débil orçamento familiar do povo que nos elegeram já tão sobrecarregado de impostos que não é legítimo solicitar mais este sacrifício.

Por isso depois de ponderar seriamente sobre esta questão solicito ao Sr. Secretário Regional das Finanças aqui presente, sobre o qual recaem especiais responsabilidades neste campo, não só porque é responsável pelo sector, mas porque também, tal como nós, foi eleito por este povo e como tal cabe-lhe neste momento a redobrada responsabilidade de pugnar pelos legítimos direitos do povo trabalhador que o elegeram, que envide todos os esforços no sentido de não se aplicar à Região os agravamentos fiscais sobre rendimentos de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Veio esta questão a propósito da apreciação nesta Câmara da Proposta de alteração do Plano para 1983 e a minha intervenção é no sentido de a aceitar reconhecendo que a conjuntura, obriga á opção feita e tendo em conta as observações feitas no relatório da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros não só na generalidade mas também no que respeita aos vários sectores e porque os subscrevo

dispenso-me de os repetir.

Disse.

Presidente: Continua aberto o debate.

O Sr. Secretário Regional das Finanças pede a palavra para?

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Para um esclarecimento, na sequência da exposição que acabamos de ouvir.

Presidente: Tem a palavra.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Em primeiro lugar tenho a dizer que as propostas de lei que foram aprovadas na Assembleia da República, ainda recentemente, são leis gerais da República e, se os Srs. Deputados conhecem o nosso Estatuto, saberão que essas leis gerais da República são aplicáveis a todo o território imediatamente.

No entanto, o Secretário Regional das Finanças, e como foi ele o interpelado, tudo fará para que nesta Região os agravamentos da carga fiscal, contra os quais poderemos ser totalmente ineficazes, não sobrecarreguem, de forma exagerada, os parcos rendimentos familiares na Região.

Há medidas alternativas a esses agravamentos da carga fiscal que se podem traduzir na concessão de outras formas indirectas de rendimento, designadamente através de outras áreas em que o Governo Regional tem competência.

Tudo faremos nesse sentido, para que minimizemos os efeitos que porventura se repercutem nessa Região e agravem os orçamentos familiares.

Muito obrigado.

Presidente: Prosseguem os debates.

Parecendo não haver mais intervenientes, vou submeter à votação, em conjunto, a Proposta de revisão do Plano para o corrente ano, bem como a Proposta de alteração do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para este mesmo ano.

Os Srs. Deputados que concordam fazem o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Secretário: As propostas foram aprovadas com 22 votos do PSD a favor e 5 do PS contra.

Presidente. Para uma deliberação de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A quantidade e qualidade das alterações introduzidas pelo Governo Regional no Plano e Orçamento para o corrente ano vêm, por um lado, demonstrar o acerto da decisão do Grupo Parlamentar do PS ao votar contra o Plano e Orçamento em Novembro último e, por outro, justificar a posição a tomar agora, face às alterações propostas.

Na verdade, introduzir, quase no final do ano, alterações orçamentais no montante de

836.500 contos, quando a execução material do 1º semestre atingia apenas a percentagem de 29%, é, para já, um indicador de que, quando chegarmos ao fim do ano, certamente muito estará ainda por fazer.

Por outro lado, a qualidade das alterações penalizando fortemente os sectores produtivos e de apoio, vem desvirtuar a estratégia de desenvolvimento defendida, aquando da apresentação deste Plano e do Orçamento, não se descurtinando, de justificações agora apresentadas, o esboço se quer de uma definição de uma qualquer nova estratégia de desenvolvimento.

As justificações dadas para o sector da educação e da habitação referem-se aumentos de custos nas empreitadas, logo a erros de previsão.

No sector da saúde são efectuados reforços de verbas em obras sem estarem definidas oficialmente, as políticas a seguir quanto às estruturas visadas. É o caso, por exemplo, do Hospital de Ponta Delgada que vê a verba para beneficiações reforçada, sem que o Governo Regional se tenha decidido ainda pela construção ou não de um novo hospital.

No sector do emprego, a redução de 30%, verificada nas dotações iniciais, ao visar essencialmente o projecto de ampliação do Centro de Formação Profissional das Capelas, parece deixar supôr que o Governo Regional prevê já a extensão à Região da crise de desemprego a nível Nacional.

Os substanciais cortes, efectuados nos sectores produtivos da actividade económica, são particularmente graves, principalmente se atendermos aos distintos sinais de retoma da actividade económica a nível internacional, a que a Região tem de estar preparada para responder, e às políticas económicas restritivas de emergência que, a serem integralmente aplicadas nos Açores, originarão o desemprego e limitarão drasticamente o nível de vida das pessoas.

São estes os principais argumentos que, no pouco tempo de que dispusemos para análise deste documento justificam a nossa posição de voto.

Tenho dito.

Presidente: Não há mais declarações de voto portanto concluímos a nossa agenda de trabalhos para este período da manhã.

Os trabalhos da Assembleia ficam desde já, interrompidos porque, como é do conhecimento geral, logo, às 18,30 horas, haverá aqui a continuação desta Sessão mas com um carácter solene.

Portanto, declaro interrompidos os nossos trabalhos. Peço, entretanto, aos líderes dos Grupo Parlamentares para se encontrarem comigo, já de seguida, se fazem o favor.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 13,05 horas)

Presidente: Declaro reabertos os trabalhos, em nome do Sr. Presidente da República.

(Eram 19,30 horas)

Sr. Presidente da República, Sr. Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Presidente da Câmara da cidade da Horta, Sr. Comandante Chefe das Forças Armadas nos Açores, Srs. Magistrados, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados Nacionais e Regionais, minhas Senhoras e meus Senhores:

É esta, desde 1976, a terceira vez em que V. Exa. é recebido na Assembleia Regional dos Açores, o órgão mais representativo, porque directamente eleito, da nossa Região Autónoma.

As circunstâncias de agora são porém diferentes das anteriores. Em 1976 consagrava-se a institucionalização da Autonomia Constitucional, numa visita participada por todos os Órgãos de Soberania a esta Câmara, aliás já em funções, por direito próprio; havia pouco mais de um mês. Em 1980 celebrava-se a consolidação dessa Autonomia com a entrega solene do texto do Estatuto Definitivo da Região, votado pela Assembleia da República e acabado de promulgar. Foram dois momentos muito altos na história dos Açores e dos seus órgãos de governo próprio.

Desta vez as coisas são muito mais simples. O Chefe do Estado visita a Região Autónoma dos Açores em plena normalidade da sua vida colectiva e institucional, fora da época de Verão e de tensões pré-eleitorais; e nem a inauguração, há dois dias, da última pista para aviões que nos faltava construir, na pequena e simbólica ilha do Corvo, quebrou a bem dizer a rotina que tem sido, nos últimos sete anos, a criação efectiva das infraestruturas, de condições de habitação, de saúde, de educação e de cultura a que há tantos anos esse povo tinha direito.

É esta normalidade que nos permite, em breves e simples palavras, agradecer ao Presidente da República que, no exercício das suas funções, é sempre bem vindo a esta parcela de Portugal, mais esta visita que nos faz. E logo a seguir relancear os olhos por esta Região, pelo País de que somos parte, e pelo mundo que nos rodeia.

Sr. Presidente,

Sete anos de Autonomia Constitucional continuam a ser um período muito curto para julgar a fundo a bondade das instituições. A história o dirá mais tarde, e nenhum de nós estará aqui para a escrever.

Reflectindo porém, como é nosso constante dever, sobre a vida sócio-política regional, não podemos ficar indiferentes às mudanças que se vão operando entre nós, nem às inevitáveis incidências da evolução político-económica

portuguesa nesta pequena Região - pobre, periférica e vulnerável como ela é.

Lançados num largo programa de investimentos públicas que garantam as condições básicas para uma vida civilizada e digna aos moradores - como outrora se dizia - das nove ilhas deste Arquipélago, temos vindo a dar corpo a opções de fundo cujos primeiros frutos estão à vista com os emigrantes já começados a regressar.

É um programa que não pode ser interrompido e que, em poucos anos já, ficará completo no essencial. Para isso, contamos com a solidariedade nacional, aliás estatutariamente garantida; com a ajuda internacional, que até agora não falhou com o seu contributo para a estabilidade social destas ilhas estratégicas; e temos de contar com o nosso trabalho, e com o rigor da nossa própria administração, gerindo cuidadosa e atentamente os fundos de que dispõe e irá dispôr, sacrificando tudo o que for supérfluo em benefício dos gastos essenciais.

Esta opção pelo desenvolvimento harmónico de uma Região como a nossa, tão descontínua e tão dispersa, tem um mérito que nos atrevemos, aqui e agora, a realçar. Ela radica na realidade que somos, e na política humanista que seguimos. Até agora, tem sido prosseguida mau grado as vozes de alguns interesses que reclamam para si um quinhão injusto, a que outrora se haviam habituado. Corresponde - ainda que sem definição expressa - às linhas essenciais de um ordenamento territorial equilibrado, que se filia na ocupação, histórica deste Arquipélago e que, num salto qualitativo audacioso mas certo, se repercutiu numa autêntica descentralização política, marcada pela mobilidade, e por uma complementaridade dos centros de decisão.

Mas as realidades são duras. E se conseguimos, há anos, realizar politicamente o que parecia impossível, teremos agora que dosear o realizável, e encontrar coragem para estabelecer prioridades, e para as seguir.

Sr. Presidente,

No seu décimo ano após a Revolução de Abril, Portugal procura ainda reencontrar-se. Sucessivos anos de subversão económica, confusão política, aproveitamentos externos, laxismo financeiro e querelas institucionais, trouxeram o nosso País à beira da ruína, e a uma perplexidade colectiva que poderá mesmo vir a pôr em risco, a troco de uma segurança illusória, as liberdades recuperadas.

Entre boas e más intenções, jogadas internacionais e enormes sofrimentos que perduram (aquém e além-mar), o império português acabou.

Porém a cidade imperial, essa continua, com a sua burocracia imensa, a sua intriga política enraizada fundo como uma praga, excessiva num território pequeno e pobre, ciosa de ser o centro de tudo, cabeça disforme de

um corpo mirrado e a que as energias vão faltando.

Quereríamos ajudar a uma recuperação portuguesa, que integrasse na justa complementaridade o conjunto territorial, económico e cultural que nos inclui. Desejaríamos neste nosso querer ser olhados como merecemos, pelo que fizemos sem nada destruir e pelo que representamos no todo português: sem o desprezo antigo, que desapareceu, mas também sem despeito nem ressentimentos que só a ingorância ou a insensatez podem explicar.

A regeneração portuguesa, preço da própria independência nacional, vai custar sacrifícios que o nosso Povo, na sua frugalidade histórica, não deixará de suportar, e que há muito espera.

Porque não há outra saída e a alternativa é catastrófica, importa que esses sacrifícios existam - maiores agora do que há quatro ou cinco anos, quando uma tentativa bem menos drástica se esboçou, e tantos a levaram a soçobrar -; importa que esses sacrifícios se façam porque, se mais tardios, piores haveriam de ser.

Mas importa que sejam repartidos com Justiça, e que os mais pobres, os mais fracos, os mais periféricos, os sacrificados de sempre, não tenham de suportar o escândalo do luxo ostensivo de privilegiados, das isenções ofensivas de qualquer baronia disfarçada, da impunidade da preguiça e do parasitismo.

Se finalmente houver perseverança e firmeza nesta linha, **que é compatível com os valores democráticos, que não põe em causa o exercício da liberdade, que prestigia os órgãos do Poder legítimo e restitui a Esperança ao Povo Português,** Portugal renovar-se-á em pouco tempo, os Portugueses reencontrarão o orgulho de o serem e saberão, no seu país e fora dele, testemunhar aquela cultura humana e fraternal que sempre marcou - ainda que tantas vezes na modéstia e na humildade - a nossa presença no Mundo.

Sr. Presidente,

Os caprichos geológicos de uma Terra inquieta fizeram nascer estas ilhas numa área do Atlântico em cujos fundos se entrechocam três grandes placas continentais - a europeia, a americana e a africana -.

Esta realidade telúrica marcou desde sempre a nossa vida e a nossa História. Faz-nos sentir, por um lado, a insegurança e o relativismo da existência. Por outro lado, aguçamos o espírito para uma visão do Mundo que repetidamente temos afirmado desde este vértice ocidental português, a que as tensões políticas que perpassam no Atlântico jamais conseguem ser alheias.

Desde logo somos extremamente sensíveis aos problemas do mar - do seu Direito, do seu aproveitamento e da sua vida -. Alertamos para a necessidade inadiável de um controlo efectivo e sério da Zona Económica Exclusiva; alteramos para as prioridades da sua exploração com meios

actualizados e eficazes, com olhos na Comunidade Europeia, e em cenários que tanto a incluem como a podem excluir; e alertamos contra os crimes internacionais em que se traduz a poluição nuclear do Oceano.

Sabemo-nos envolvidos nas relações com a potência marítima. Mas aspiramos a mais do que um papel passivo em tal envolvimento: queremos, porque é direito que nos assiste, uma participação efectiva nessas relações. Por isso temos colaborado nas negociações que vão em curso, e cuja conclusão já tarda, para a renovação de facilidades militares nesta Região. Essas facilidades trar-nos-ão contrapartidas financeiras, que devem ser melhoradas para serem justas. Mas a difícil situação portuguesa não pode servir de pretexto para abusos que agora se propõem. Não hostilizamos os nossos hóspedes estrangeiros - e eles nem são de um só país - **Não podemos contudo admitir** práticas violadoras da letra dos acordos ainda em vigor, nem estatutos privilegiados que desfavoreçam os Portugueses dos Açores, ignorem os nossos órgãos judiciais, sancionem de facto a irresponsabilidade civil, a criminal, a patronal - e a militar -. Porque sabemos os perigos redobrados a que nos achamos expostos em benefício de quem não somos nós. Sabemos a impiedade das grandes potências, a frieza com que se destroem vidas inocentes, se instigam e mantêm governos tirânicos e infindas rebeliões civis. Sabemos que os reflexos do medo podem desencadear a agressão incontrolada - e que os modernos deuses da guerra são seres humanos cheios de falhas, tão sujeitos ao erro e ao mau juízo como o é qualquer um de nós.

Sr. Presidente,

É a normalidade da nossa vida política e social que nos permite, enquanto se trabalha e se constrói, manter a atenção desperta, e pugnar pela defesa dos direitos desta Região, e pelos direitos do nosso País.

Uma comunidade imersa na confusão e no ódio caminha para o sacrifício de si mesma, para a obnubilação da sua consciência colectiva, para a dissolução da sua identidade, para o enfeudamento aos aproveitadores da fraqueza alheia - desde os traficantes de armas aos consumidores de matérias-primas, desde os senhores da guerra aos lixeiros industriais -.

Não aceitaremos que nos reduzam a isto, seja por intenção, seja por distração, seja por estratégia, seja por irresponsabilidade.

Continuaremos a construir e a participar. A usar aquela voz que muitos qualificam de imperitante ou de atrevida, mas que sentimos estar certa, vir no momento exacto, e haver ajudado mesmo em horas difíceis do nosso País.

É este Sr. Presidente o Patriotismo como o entendemos: na liberdade, na responsabilidade, **mas na acção**. Porque o resto são palavras -

e são palavras enquanto não for o silêncio da morte, o véu do esquecimento, e a nação que acabou.

(Palmas)

Presidente da República (António Ramalho Eanes):

Senhor Ministro da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Senhor Presidente do governo Regional, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores:

Ao dirigir-me, neste parlamento Regional, aos representantes eleitos dos açorianos, quero sublinhar a importância vital da sua acção tanto para a evolução democrática, em geral, como para a evolução da nossa opção autonómica em especial.

Qualquer que seja a sua forma concreta de organização, nenhuma democracia pode relegar para segundo plano o contributo das suas Instituições Parlamentares.

A escolha dos representantes, a sua responsabilização directa e constante perante os eleitores e a transmissão da legitimidade política são as principais razões do processo eleitoral.

Neste sentido, a acção política, em democracia, impõe a consideração do pluralismo de interesses que se reflecte nos representantes escolhidos e de que o Parlamento é uma das manifestações.

E para que a acção política democrática seja realista e consistente, é necessário que os representantes parlamentares continuem a constituir, durante todo o seu mandato, o elemento de ligação real entre os que exercem o poder e a sociedade que dirigem, dando a esta expressão de fidelidade e de sensibilidade indiscutíveis.

A função de contacto, de informação e de explicação que o deputado exerce, tanto em relação aos governantes como em relação aos eleitores, é indispensável, é insubstituível.

Onde não existir uma acção parlamentar responsável, preparada e afirmativa, dificilmente poderá o Executivo, por muito eficaz que seja, ter em conta a vontade dos eleitores, de todos os eleitores, mesmo dos que integram ou votaram oposição.

Mas se a importância democrática das Assembleias Parlamentares está há muito reconhecida, também não se deve deixar de sublinhar o papel relevante da Assembleia Regional para a afirmação da vontade Nacional e para a consolidação da Democracia Portuguesa.

De entre as possibilidades políticas abertas pela democracia em Portugal, uma das que foi realizada com maior sucesso é o programa das Autonomias Regionais dos Açores e da Madeira.

Desse sucesso, parte substancial cabe aos parlamentos Regionais, exactamente porque, permitindo a expressão plural dos interesses sociais, lhes dá uma tradução prática ao mesmo tempo

que anula a relevância das posições minoritárias e das posições que só se afirmam em posições não democráticas.

É necessário reconhecer que não foi, apesar de tudo, um sucesso fácil.

O relevo assumido pelas propostas e acções que atentavam objectivamente contra a unidade Nacional é um exemplo claro das dificuldades que foi preciso vencer.

Mas é, também, um exemplo que confirma a superioridade e a capacidade de resposta da coerência democrática.

Hoje, a nossa sociedade livre dispõe de capacidades próprias para democraticamente enfrentar as expressões centrífugas que subsistam na nossa comunidade.

Uma vez mais se comprova que é a consolidação e o integral funcionamento da democracia pluralista que reduz às suas verdadeiras dimensões todas as ideias que diminuem o sentido de coesão de solidariedade nacionais.

Como expressão de interesses sociais, essas propostas não garantem uma adesão significativa, como reacção a possibilidades de evolução totalitária, essas propostas ficam sem conteúdo quando a democracia pluralista se afirma com segurança.

Estes resultados não são, por certo, independentes do trabalho desenvolvido pelas instituições do poder autónomo, a Assembleia Regional e o Governo Regional.

Mas são, sobretudo, a confirmação de que os órgãos democráticos orientados por vontades democráticas, são os meios mais eficazes para responder aos problemas nacionais, assegurando a nossa unidade e reforçando a nossa relação de solidariedade.

A capacidade de resposta das instituições autónomas ao desafio que lhe foi colocado pelo separatismo é a prova da sua importância na nossa ordem democrática.

O programa autónomo, como parte integrante da vontade democrática nacional e inscrito na nossa Constituição - é necessário reconhecê-lo - é no entanto bastante mais vasto.

Correspondendo a um novo entendimento do que deve ser a relação do poder central do Estado com as identidades regionais e os seus órgãos representativos, o Estatuto de Autonomia Regional é um passo importante que, pela primeira vez, dá uma tradução real a uma velha tradição municipalista, liberal, democrática, e a uma velha e sempre frustrada aspiração dos povos açorianos.

Por isso mesmo, é um passo significativo e necessário do reforço da coesão nacional.

E será também, se os seus objectivos forem respeitados e cumpridos, como em geral têm sido, um contributo importante para uma maior eficácia do Estado Democrático.

A experiência que já temos do funcionamento

das instituições autónomas e da sua articulação com o poder central tem confirmado a validade dos seus princípios e a flexibilidade das suas possibilidades de acção.

Estou certo que nos tempos de dificuldades que estamos a viver, o sentido de responsabilidade dos órgãos do poder autónomo e a obrigação de solidariedade em toda a Comunidade Nacional, saberão encontrar o equilíbrio nos sacrifícios que é condição da mobilização no esforço colectivo.

Tudo será mais fácil no desenvolvimento do programa autónomo se vivessemos uma época de prosperidade, em termos internos e externos.

Não é essa infelizmente a realidade com que nos defrontamos.

Mas também nessa dificuldade adicional há a oportunidade de reforçar o sentido da colaboração, da solidariedade das instituições e da procura dos consensos políticos, sociais e regionais.

Também neste plano ficará certamente confirmada a importância e a necessidade da expressão do poder autónomo na consolidação e do desenvolvimento da nossa democracia.

Recordando o caminho percorrido pela ideia da Autonomia Regional, das primeiras dúvidas às realidades e afirmação do presente, é justificado que se mantenha uma sólida esperança na sua continuidade.

É uma esperança mobilizadora, é uma necessidade nacional e é uma responsabilidade democrática.

E é também, para mim, como Presidente da República, uma forte razão de coerência política defender estes valores aqui, nos Açores onde, em alguns momentos difíceis da nossa História, foi possível concentrar forças e dar corpo aos ideais da liberdade, da nacionalidade e da democracia.

Porque aqui nos Açores e designadamente na Terceira, repetidamente, se defendeu a liberdade e se defendeu Portugal com heroísmo.

Muito obrigado.

(Palmas).

Presidente: Srs. Deputados, de acordo com o consenso estabelecido entre os Grupos Parlamentares, delcara-se findo o Período Legislativo de Setembro.

Em nome do Senhor Presidente da República, está encerrada a Sessão.

(Eram 20.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Álvaro Monjardino, Mário Freitas).

(Deputados que faltaram á Sessão: PSD - Emanuel Silva, David Santos, José Maria Cabral, José de Freitas Silva, Manuel Valadares, PS -

António Pimentel, Jesuíno Facha, Conceição Bettencourt, Martins Mota, José Manuel Bettencourt, Carlos César, Luisa Brasil; **Independente** - Alvarino Pinheiro).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

Resposta ao requerimento do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, relativa a despesas com deslocações efectuadas pelos membros do Governo.

Relativamente ao requerimento nº190, de 24/11/82, do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, que deu entrada nessa Assembleia com o nº1202, envio a V. Exa. os mapas referentes às despesas com as deslocações efectuadas pelos membros do Governo Regional, pedindo desculpa do atraso, derivado da morosidade da recolha de dados dispersos por documentos contabilísticos de vários anos.

Com os melhores cumprimentos de muita consideração.

O Presidente do Governo Regional: João Bosco Mota Amaral.

ANO 1980

MEMBROS DO GOVERNO	PAÍS			ESTRANGEIRO		
	TRANSPORTE AÉREO	ALOJAMENTO EM HOTEIS	AJUDAS DE CUSTO	TRANSPORTE AÉREO	ALOJAMENTO EM HOTEIS	AJUDAS DE CUSTO
PRESIDENTE	150 320\$	55 403\$	59 456\$	115 040\$	-	-
Eng. C. da Cunha	160 925\$	21 525\$	305 000\$	-	-	-
SRAIECE	251 990\$	1 235\$	256 555\$	51 450\$	-	-
SRF	89 670\$	15 190\$	58 425\$	-	-	-
SRAP	46 790\$	-	65 394\$	-	-	-
SREC	66 980\$	-	105 143\$	-	-	-
SRT	44 488\$	-	-	24 500\$	-	54 000\$
SRAS	35 710\$	-	48 591\$	-	-	-
SRAgP	24 980\$	-	40 966\$	-	-	-
SRCI	67 060\$	53 270\$	42 818\$	-	-	-
SRTT	37 577\$	-	21 967\$	42 290\$	-	20 062\$
SRES	85 153\$	84 960\$	64 678\$	-	-	-
TOTAIS	1 061 643\$	231 583\$	1 068 993\$	233 280\$	-	74 062\$

Ano 1981

MEMBROS DO GOVERNO	PAÍS			ESTRANGEIRO		
	TRANSPORTE AÉREO	ALOJAMENTO EM HOTEIS	AJUDAS DE CUSTO	TRANSPORTE AÉREO	ALOJAMENTO EM HOTEIS	AJUDAS DE CUSTO
PRESIDENTE	187 890\$	82 320\$	165 724\$	116 410\$	-	-
SRAIECE	275 950\$	6 284\$	230 456\$	144 310\$	-	138 600\$
SRF	120 250\$	24 308\$	74 304\$	70 280\$	-	59 410\$
SRAP	81 870\$	-	121 550\$	-	-	-
SREC	124 870\$	-	169 581\$	-	-	-
SRT	95 540\$	-	104 010\$	97 970\$	-	63 000\$
SRAS	116 090\$	-	131 514\$	-	-	-
SRAgP	223 739\$	-	129 450\$	164 916\$	-	144 900\$
SRCI	164 180\$	75 405\$	121 175\$	41 040\$	-	31 500\$
SRTT	16 830\$	-	30 270\$	44 780\$	-	78 010\$
SRES	110 839\$	64 390\$	53 217\$	-	-	-
TOTAIS	1 518 048\$	252 707\$	1 331 251\$	679 706\$	-	515 420\$

Ano 1982 1º Semestre

MEMBROS DO GOVERNO						
	TRANSPORTE AÉREO	ALOJAMENTO EM HOTEIS	AJUDAS DE CUSTO	TRANSPORTE AÉREO	ALOJAMENTO EM HOTEIS	AJUDAS DE CUSTO
Presidente	160 140\$	86 800\$	50 007\$	83 528\$	-	102 754\$
SRAIECE	219 660\$	-	130 500\$	-	-	12 600\$
SRF	65 020\$	22 727\$	13 900\$	-	-	-
SRAP	65 980\$	-	47 649\$	-	-	-
SREC	137 840\$	-	73 190\$	-	-	-
SRT	148 625\$	-	103 890\$	135 756\$	-	111 800\$
SRAS	94 420\$	-	102 810\$	-	-	-
SRAgP	71 550\$	-	60 455\$	146 494\$	-	45 352\$
SRCI	41 109\$	3 327\$	60 710\$	76 750\$	-	94 500\$
SRTT	10 430\$	-	-	49 030\$	-	69 849\$
SRES	59 080\$	-	55 379\$	-	-	-
TOTAIS	1 073 854\$	112 854\$	698 490\$	491 558\$	-	436 855\$

ENCARGOS TOTAIS POR DEPARTAMENTO (1980-1981 E 1.º SEMESTRE 1982)		
	PAÍS	ESTRANGEIRO
PRESIDÊNCIA	998 060\$00	417 732\$00
Eng. C.da Cunha	487 450\$00	-
SRAIECE	1 372 630\$00	346 960\$00
SRF	483 794\$00	129 690\$00
SRAP	429 233\$00	-
SREC	677 604\$00	-
SRT	496 553\$00	487 026\$00
SRAS	529 135\$00	-
SRAgP	551 140\$00	501 662\$00
SRCI	629 054\$00	243 790\$00
SRTT	117 074\$00	304 021\$00
SRES	577 696\$00	-
TOTAIS	7 349 423\$00	2 430 881\$00

Requerimento

Entre os edifícios que nos foram legados pelos nossos antepassados e que são um marco da história destas ilhas, encontra-se o Castelo de S. Sebastião, na Baía de Porto Pim, Ilha do Faial.

Devido à acção do tempo e à incúria dos homens este "Monumento Nacional" tem se vindo a degradar, apesar de nos últimos anos a Junta de Freguesia das Angústias e a Assembleia Municipal da Horta terem já chamado a atenção para a necessidade do seu restauro.

Dado que este castelo, de acordo com o Decreto Regional 1/80/A, de 31 de Janeiro está incluído na "Zona Protegida da Paisagem do Monte da Guia";

Ao abrigo das disposições regimentais, solicita-se ao governo Regional as seguintes informações:

1 - Pensa o Governo Regional proceder ao restauro do Castelo de S. Sebastião? Em caso afirmativo, quando?

2 - Já foi feito algum estudo para o aproveitamento do seu interior?

Horta, Sala das Sessões, 30 de Setembro de 1983.

O Deputado Regional do PS: Manuel Goulart.

Parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre a Proposta de alteração ao Plano para 1983.

A Comissão para os Assuntos Económicos

e Financeiros, reunida nos dias 27 e 28 de Setembro de 1983, numa das Salas da Secretaria Regional da Finanças em Ponta Delgada, emite por maioria, o seguinte parecer:

Enquadramento jurídico

A presente proposta de resolução, de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº /83 tem o seu enquadramento jurídico, na alínea e) do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com o artigo 234º da mesma alínea g) do artigo 26º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Apreciação na generalidade

A presente proposta de alteração do Plano advém fundamentalmente da necessidade de satisfazer determinados pagamentos de obras de investimento cujo ritmo de execução foi satisfatório e cuja evolução de preços foi maior que a então prevista.

Os programas objecto de reforço financeiro foram os seguintes:

PROGRAMAS	Nº	REFORÇO (EM CONTOS)	% REFORÇO
Construções escolares para o ensino preparativo e secundário	2	226.789	38,8%
Instalação e equipamentos p/o ensino superior	3	34.400	70,2
Melhoria e rede de serviços	7	240.000	76,7
Construções habitacionais	14	36.500	14,6
Apoio aos serviços de incêndio e protecção civil	17	30.000	45,5
Fomento florestal e recursos cinegéticos e piscícolas	23	4.400	6,1
Apoio ao desenvolvimento Agro-Silvo-pecuária	24	5.400	6,7
Estradas regionais	45	178.000	32,3
Calamidades e estragos rede de armazenagem	50	43.000	252,9
Aplicação de lei das finanças locais	55	16.000	100
		836.489	

Verifica, pois que os reforços de três programas, respeitantes a investimentos públicos, nomeadamente os números 2, 7 e 45, representam 77% do total.

Para fazer face a tais reforços, e a por de evitar o aumento do déficit orçamental a Região, apenas restou a alternativa de se proceder à necessária redução de certos programas cujo estadió de execução assim a permitia.

PROGRAMAS OBJECTO DE REDUÇÃO

Programas objecto de redução	Nº	Montante	%
Construções escolares p/o ensino primário	1	11.189	5
Apoio aos serviços sociais do funcionalismo regional	12	3.500	39
Formação profissional	13	23.000	30
Desenv. agro-pecuário do Pico	22	40.000	89
Construções de armazéns e ampliações dos serviços	25	3.000	17
Extensão rural	27	4.000	17
Desp.da frota pesqueira	28	28.000	26
Apoio financeiro ao inv. industrial	31	150.000	77
Fomento industrial	32	9.000	31
Regularização do abastecimento de cimento à Região	33	20.000	67
ERPI	34	10.000	25
Geotermia	38	100.000	60
Apoio financeiro ao investimento comercial	40	60.000	67
Promoção do comércio externo	41	20.000	32
Apoio à indústria turística	43	50.000	42
Portos comerciais da Orla Morítima	47	125.000	12
Infra estruturas aeroportuárias	48	25.000	5
Investigação e estudos	51	4.800	9
Apoio à informação	52	50.000	48
Modernização da administração pública	53	50.000	46
Apoio ao invest.internacional	-	-	-
TOTAL		836.489	

Verifica-se que as alterações acima expostas determinam os seguintes resultados sectoriais:

Distribuição sectorial antes da revisão (A)	Distribuição sectorial conforme proposta de revisão (B)	Diferença
Sectores		
Sociais 26,48	33,82	+ 7,34
Produtivos 30,12	23,48	- 6,63
Infraestruturas económicas 38,32	39,61	+1,28
Apoio 3,67	2,23	-1,44
Investimentos em termunicipais 0,72	0,69	0,03
Lei das finanças sociais -	0,22	+0,22
TOTAL = 100	100	0

Verifica-se pois que a redução imposta às verbas do sector produtivo na percentagem de 6,63 vai compensar o reforço das verbas do sector social, originando assim uma inflexão em termos reais do Plano.

A inflexão em referência, cujo peso se faz essencialmente sentir nos sectores do comércio e indústria levou a Comissão a ouvir os Secretários das Finanças e do Comércio e Indústria, sobre as razões que teriam levado

a que se utilizassem disponibilidades financeiras em determinados projectos para fazerem face aos compromissos tradicionais em outros.

Subdividindo-se o sector produtivo verifica-se que as reduções incidem nos seguintes subsectores:

Redução em contos	
Agricultura	37.200
Pescas	28.000
Indústria	150.000
Energia	100.000
Comércio	80.000
Turismo	50.000

Justificações das principais reduções efectuadas

Agricultura

A grande redução efectuada neste sector deve-se ao atraso verificado na execução do programa Arroteias do Pico em virtude de certos problemas agarrados ao financiamento externo.

Pescas

A redução proposta prende-se com a fraca resposta aos incentivos criados e colocados à disposição das entidades privadas.

Indústria

Em relação aos projectos que visam incentivar o investimento privado, tem-se verificado uma retração do investidor face a grave crise económica e financeira, para o que tem contribuído as altas taxas de juro.

Em relação ao programa nº33, as negociações com as cimenteiras nacionais levam a crer que as mesmas participarão com percentagem superior de Capital Próprio e que a fixação do Capital Social será estabelecido por etapas.

Por sua vez, a compressão efectuada no programa 34, só por imperativo se justifica dado que o actual andamento dos projectos relativos aos Parques Industriais justificava o reforço deste programa.

Energia

A redução proposta para este sector, prende-se com a alteração de critérios para a formação da empresa de Exploração Geotérmica.

A opção da empresa mista com a participação das entidades privadas estrangeiras ligadas ao investimento justificam a proposta de redução deste programa.

Comércio

A redução proposta para o projecto relativo à modernização das estruturas comerciais, deve-se à não aprovação do diploma sobre apoio ao Comércio em geral.

Por outro lado a redução do projecto relativo ao abastecimento de combustíveis, deve-se ao facto de inicialmente se prever que o investimento seria efectuado pelo Governo Regional.

As negociações com as petrolíferas levaram a que as mesmas venham a participar neste projecto que se espera vir a ser mais económico.

Por sua vez a redução no projecto 41.2, deriva da necessidade de na actual conjuntura haver necessidade de comprimir os apoios à exportação.

Turismo

As reduções propostas devem-se fundamentalmente à situação real dos projectos em questão.

Para além das reduções propostas para os sectores produtivos há a salientar os atrasos verificados nos projectos do Porto de Vila do Porto, Porto da Praia da Vitória e do Porto das Flores, cuja execução se desviou do inicialmente previsto.

A nível da "informação" a redução proposta para o projecto de Apoio à Comunicação Social deriva de uma falta de procura, aos apoios existentes.

Face ao exposto a Comissão, com os votos favoráveis dos representantes do PSD e o voto desfavorável do representante do PS, propõe que a revisão do Plano para 1983 seja aprovado pela Assembleia Regional.

Anexa-se a declaração de voto do representante do Partido Socialista.

Ponta Delgada, 28 de setembro de 1983.

O Relator: Jorge Manuel Castanheira Cruz.

Declaração de voto

As presentes propostas de alteração ao Plano de 1983, apresentadas pelo Governo Regional vêm demonstrar a evidência que o Plano não foi elaborado numa óptica realista quanto à capacidade de investimento e execução, mas antes obedeceu a um enunciado de intenções, que sendo boas, no plano teórico, vêm, agora, a traduzir-se - em termos de política de planeamento - num acto, então assumido, com manifesta leviandade.

Na base desta tese, acresce referir que o Plano não constituiu para o Governo um documento orientador - a que se encontrava vinculado para o seu cumprimento, por deliberação da Assembleia Regional -, tendo o Governo assumido compromissos de carácter financeiro (não previstos nas dotações orçamentais) para o que se vê, agora na necessidade de recorrer à anulação de verbas que se encontram presentes para investimento em sectores fundamentais para o desenvolvimento económico da Região. Refira-se que no sector produtivo, propõe o Governo a redução das seguintes verbas: Agricultura, 37.200 contos; Pescas, 28.000 contos; Indústria, 189.000 contos; Energia, 100.000 contos; Comércio, 80.000 contos; Turismo, 50.000; no sector social, a segurança social sofreu uma redução de 3.500 contos, sendo de 23.000 contos a redução da verba prevista para o emprego.

Pelo exposto, e na base da tese referida

o representante do PS na Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, emite o seu parecer desfavorável às propostas de alterações apresentadas pelo Governo.

O representante do PS: José Manuel Bettencourt.

Proposta de Resolução

considerando que a actuação do governo Regional, no concurso para a atribuição de habitações do Bairro de Santa Luzia, do Concelho de Angra, segundo o parecer da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais desta Assembleia não "teria respeitado integralmente o espírito do legislador, cuja clareza definida no artigo 12º (do Decreto Regional 17/82/A) não parece oferecer dúvidas". Tendo, por isto mesmo, tal actuação sido objecto de um voto de protesto aprovado por esta Assembleia em 22/9/83;

Considerando que, se a legislação clara da Assembleia Regional correspondeu uma actuação ambígua do Governo Regional, é de recear justificadamente que uma regulamentação ambígua e imprecisa elaborada pelo próprio Governo Regional possa ocasionar interpretações e aplicações ainda mais ambíguas e deturpadoras do espírito do legislador. E a Comissão Permanente dos Assuntos Sociais reconhece no seu relatório de 24/8/83 que "o mapa anexo (ao Decreto Regulamentar Regional 27/83/A que estabelece o regime de pontuação (para a ordenação dos candidatos às habitações) não parece suficientemente claro de forma a obviar quer dúvidas do preenchimento quer de interpretação".

Considerando igualmente, que a proposta inicial sobre a alienação de casas da Região previa expressamente o acompanhamento da actuação do Governo Regional neste domínio, por uma Comissão Parlamentar. Prevenção que, embora retirada do texto definitivamente aprovado, os factos se encarregaram de demonstrar ser inteiramente pertinente.

Considerando ainda que os critérios de pontuação tem repercussão directa, nos direitos dos candidatos às habitações e que, da sua falta de clareza, podem resultar danos injustificados ou proveito imerecido;

Considerando o exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Regional dos Açores, assumindo uma proposta da própria Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, propõe à Assembleia Regional a seguinte resolução:

Que seja delegada, na Comissão Permanente dos Assuntos Sociais da Assembleia Regional dos Açores, a competência que à mesma Assembleia é atribuída pela alínea j) do artigo 26º do Estatuto Político-Administrativo, para aquela Comissão definir a correcta interpretação e fiscalizar a aplicação dos critérios de pontuação,

constantes do mapa anexo ao Decreto Regulamentar de 1983.
27/83/A.

Horta, Sala das Sessões, 30 de Setembro

de 1983.

A Direcção do Grupo Parlamentar: Dionísio
de Sousa, Carlos Mendonça.

ACOMPANHAMENTO DO PLANO

EXECUÇÃO FINANCEIRA - ENTIDADES EXECUTORAS

Período: 1º Semestre/83

Unid.: 1 000 contos

ENTIDADES EXECUTORAS	DOTAÇÃO				DESPENDIDO		
	Inicial	% do Total	Ajustado	% do Total	Valores	% do Total	Exec. Fin. % 6/8
1	2	3	4	5	6	7	8
Presidência	108,3	1,5	108,3	1,5	4,4	0,2	4,1
Soc. Pop. Administração Pública	184,0	2,5	184,0	2,5	44,3	2,1	24,1
Soc. Pop. Educação e Cultura	76,4	1,1	76,4	1,1	4,3	0,2	5,6
Soc. Pop. Transportes	45,0	0,6	45,0	0,6	0,5	...	11,1
Soc. Pop. Actividades Sociais	531,0	7,4	531,0	7,4	170,3	8,1	32,1
Soc. Pop. Actividades Económicas	734,5	10,2	734,5	10,2	254,8	12,7	31,7
Soc. Pop. Equipamentos Industriais	1 213,0	16,8	1 213,0	16,8	259,2	12,8	21,4
Soc. Pop. Transportes e Telecomunicações	2 484,7	34,4	2 484,7	34,4	557,8	26,6	22,4
Soc. Pop. Equipamentos Sociais	1 843,1	25,5	1 843,1	25,5	801,7	38,2	43,5
TOTAL	7 220,0	100,0	7 220,0	100,0	2 097,3	100,0	29,0

ACOMPANHAMENTO DO PLANO

EXECUÇÃO FINANCEIRA - SECTORES

Período: 1º Semestre/83

Unid.: 1 000 contos

SECTORES	DOTAÇÃO				DESPENDIDO		
	Inicial	% do Total	Ajustado	% do Total	Valores	% do Total	Exec. Fin. % 6/8
1	2	3	4	5	6	7	8
SOCIAIS	1 912,5	26,3	1 912,5	26,5	710,1	35,2	39,6
Educação	906,5	12,6	906,5	12,6	459,3	21,7	50,7
Cultura	29,0	0,4	29,0	0,4	1,5	...	5,2
Administração Pública	350,0	4,8	350,0	4,8	81,4	3,9	23,5
Actividades Sociais	180,0	2,5	180,0	2,5	80,0	3,8	44,4
Transportes	77,0	1,1	77,0	1,1	13,2	0,7	17,1
Equipamentos	370,0	5,1	370,0	5,1	100,0	5,0	28,5
INDUSTRIAS	2 175,0	30,1	2 175,0	30,1	540,1	25,7	24,8
Actividades	469,0	6,5	469,0	6,5	178,2	8,5	37,8
Indústrias	239,0	3,3	239,0	3,3	69,7	3,3	29,1
Indústria	301,0	4,2	304,0	4,2	1,8	...	0,6
Energia	730,0	10,1	730,0	10,1	234,2	11,2	32,1
Comércio	152,0	2,1	152,0	2,1	10,1	0,5	6,6
Turismo	281,0	3,9	281,0	3,9	46,1	2,2	16,4
INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS	2 767,0	38,3	2 767,0	38,3	767,2	36,6	27,7
Transportes	2 750,0	38,1	2 750,0	38,1	756,9	36,1	27,5
Circuitos	17,0	0,2	17,0	0,2	10,3	0,5	60,6
APOIO	265,0	3,7	265,0	3,7	28,5	1,4	10,9
Investigação	52,5	0,7	52,5	0,7	8,0	0,4	15,2
Informação	104,0	1,5	104,0	1,5	31,1	1,5	29,9
Modernização	109,0	1,5	109,0	1,5	16,4	0,8	15,0
INVESTIMENTOS INTERMUNICIPAIS	100,0	1,4	100,0	1,4	23,2	1,1	23,2
TOTAL	7 220,0	100,0	7 220,0	100,0	2 097,3	100,0	29,0